



MAJOR Rocha



INFORMATIVO PARLAMENTAR - OUTUBRO DE 2015

Rocha pede que PGR investigue irregularidades na BR-364



O deputado Rocha entregou ao Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, relatórios produzidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que apontam diversas irregularidades em vários trechos da BR-364, entre

Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. A rodovia consumiu nos governos do PT mais de 1 bilhão de reais e até hoje não oferece trafegabilidade aos moradores dos Vales do Juruá e Yaco.

O parlamentar tucano pede que a Procuradoria Geral da República, de posse dos relatórios,

inicie um processo de investigação para que, se confirmada a existência de ilegalidades, seja instaurado procedimento criminal para punir os responsáveis pelas obras.

O governo do Acre assumiu a construção da estrada de apenas 420 quilômetros, mas o dinheiro, segundo o parlamentar, desapareceu no ralo da corrupção. Em 2015, o DNIT assumiu a recuperação da rodovia onde deverá gastar uma fortuna na estrada mais cara do mundo.

“Eu pergunto onde foram parar os outros R\$ 2 bilhões que o governo do PT jogou no ralo. Hoje há um movimento no meu Estado para tentar jogar para debaixo do tapete esse que certamente é um dos escândalos de corrupção que vai se somar aos tantos outros já registrados e que envolvem governos do PT”, disse.

R\$ 1,6 milhão para Hospital do Câncer do Acre

O deputado Rocha destinou recursos de R\$ 1,6 milhão de emenda parlamentar para a compra de uma bomba de cobalto que deverá ser instalada no Hospital do Câncer de Rio Branco. O equipamento não irá solucionar todos os problemas daquela unidade hospitalar, mas será uma grande ajuda aos milhares de pacientes que sofrem com a doença no Acre. Na justificativa para indicação dos recursos, Rocha acrescentou a necessidade do hospital não ter condição financeira para investir

em equipamento básico tão caro.

“Sempre às voltas com aparelhos quebrados ou falta de equipamentos, o hospital necessita de aporte financeiro que permita um atendimento digno à população acreana”, destacou Rocha.

A situação do hospital do câncer é uma preocupação constante do parlamentar tucano. Quando era deputado estadual, Rocha sempre destacava em seus discursos os problemas existentes na unidade de saúde e a necessidade de atenção àquele hospital.

Em maio deste ano, Rocha denunciou no Plenário da Câmara dos Depu-

tados, o caos que havia se instalado no hospital por causa de aparelhos quebrados desde janeiro. A bomba de cobalto, de fabricação argentina, estava quebrada no aguardo de um técnico para solucionar o problema.

“Nossa atuação não é somente fiscalizar os desmandos do governo. Na hora certa também ajudamos o governo, como agora na destinação de recursos para a compra desse equipamento, que irá beneficiar milhares de pacientes que necessitam se submeter ao tratamento contra o câncer”.

Sistema S não pode ser penalizado pela incompetência do governo



O deputado Rocha defendeu a iniciativa de criação da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema S, uma resposta à proposta do governo federal de reduzir o repasse de recursos às entidades. O Sistema S reúne instituições como o Senai, Sesi e Sesc.

“Um dos grandes patrimônios do povo brasileiro, dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos transportes corre séria ameaça”, lamentou Rocha. Para cobrir os rombos causados pela incompetência,

o governo da presidente Dilma sugeriu a redução de 30% dos repasses, o que comprometerá o funcionamento do sistema.

“É bom que lembrem a presidente Dilma e sua equipe que o Sistema S tem quase 70 anos de funcionamento no Brasil e atende milhares e milhares de trabalhadores, dos diversos segmentos, proporcionando formação profissional, qualificação técnica e também lazer, esporte, cultura, saúde e educação aos trabalhadores”,

explicou o tucano.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirmou que os cortes podem comprometer o atendimento a 1,2 milhão de alunos do ensino profissional do Senai e 1,5 milhão de trabalhadores pelo Sesi.

“Não podemos admitir que o trabalhador brasileiro, que já arcou com a redução de direitos e teve aumento da carga tributária, agora seja penalizado também com a extinção do Sistema S”, criticou Rocha.

Deputado vai avaliar unificação das polícias em todo país

Rocha foi indicado para assumir a Segunda Vice-Presidência da Comissão Especial destinada a estudar e apresentar proposta de unificação das Polícias Civil e Militar em todo país. A indicação partiu do líder do PSDB na Câmara, deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP).

Várias Propostas de Emenda à Constituição (PEC's) tramitam na Câmara Federal com a intenção de instituir uma nova organização policial estadual e extinguir as atuais polícias militares. Pelas propostas caberá à União legislar sobre essa nova estrutura (polícia estadual), que será



subordinada aos governadores de estado e do Distrito Federal.

As propostas encontram-se na Comis-

são de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise da admissibilidade. Caso sejam acolhidas, deverão ser avaliadas pela Comissão Especial criada para este fim, antes da votação em dois turnos pelo Plenário.

“Este é um tema que merece ampla discussão e precisamos ouvir os envolvidos, que são os militares”, destacou Rocha.

Em uma das PEC's em tramitação, há um destaque observando “não se tratar de unificação das polícias, mas da criação de um novo sistema de segurança pública. Os integrantes das polícias existentes não sofrerão nenhum tipo de prejuízo remuneratório ou funcional”.

Fim de prisão disciplinar para PM e bombeiro militar

O deputado Rocha comemorou a proposta que extingue a pena de prisão como forma de punir faltas disciplinares cometidas por policiais e bombeiros militares. O texto aprovado, que segue para o Senado, traz modificações adotadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Uma delas também proíbe o uso de medidas restritivas de liberdade, como a prisão preventiva ou temporária, para punir militares envolvidos em faltas disciplinares. O texto original elimina apenas as medidas privativas de liberdade,

como reclusão e detenção.

“Não dá mais para se admitir que um policial militar, profissional de segurança pública, que garante a segurança do nosso povo, muitas vezes com risco da sua própria vida, pague com a liberdade, o segundo bem mais caro do ser humano, por uma falta administrativa”, disse.

Segundo o parlamentar, a legislação penal brasileira evoluiu, e hoje, em vários crimes, o cidadão é preso e conduzido à delegacia, responde ao TCO e vai para casa.

A proposta cria ainda, por lei específica, o Conselho de Ética e Disciplina Militar para bombeiros e PMs e prevê que os citados em processos disciplinares tenham direito ao contraditório e à ampla defesa. De acordo com o texto, a medida não restringe a aplicação do Código Penal Militar, no caso específico de crimes militares.

“Então, hoje é um grande dia para os policiais militares. A Câmara Federal hoje traz dignidade aos profissionais da segurança pública, especificamente aos policiais e bombeiros militares do Brasil”, finalizou.

Rocha é membro titular do Parlatino



Além de ser titular do Parlamento do Mercosul, o deputado Rocha também tem cadeira no Parlamento Latino-Americano, que se reuniu na primeira quinzena de outubro em Buenos Aires, na Argentina. Na pauta de dois dias foram discutidos temas como ações contra o tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, princípios das Nações Unidas aplicáveis à reestruturação da dívida e dos processos no âmbito do direito do trabalho.

Aprovada PEC que autoriza PMs a acumular cargos

“Quero agradecer esta Casa e todos aqueles que se empenharam para dar aos PM’s e Bombeiros Militar o tratamento isonômico que os militares merecem”, comemorou o deputado Rocha pela aprovação em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição que autoriza o acúmulo de cargos por policiais e bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal nas áreas de educação e saúde.

A PEC autoriza a acumulação de cargos de professor, de profissional de saúde ou técnico-científico a esses militares quando houver compatibilidade de horários.

Atualmente, esses profissionais

passam para a reserva quando assumem permanentemente cargos públicos civis. Em caso de cargo temporário, a função pode ser acumulada por até dois anos.



Rocha denuncia na PGR prejuízo milionário com a Ucrânia



Rocha com o embaixador da Ucrânia Rostyslav Tronenko

O deputado Rocha representou contra a presidente Dilma Rousseff na Procuradoria Geral da República por suspeita de improbidade administrativa pela quebra unilateral de tratado com a Ucrânia na empresa binacional Alcântara Cyclone Space. A empresa foi constituída em 31 de agosto de 2006 com capital brasileiro e ucraniano para construir a plataforma comercial de satélite através do foguete ucraniano Cyclone-4.

O parlamentar alega que a decisão de romper unilateralmente o contrato contrariou o artigo 37 da Constituição, que obriga o administrador a respeitar os princípios da transparência, da publicidade e da eficiência.

“Mais de 500 milhões foram gastos com essa binacional, que contratou as empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, sem licitação, e estranhamente, após todos esses anos, o sonho do Brasil entrar para o seleto clube de países que têm a tecnologia para lançar satélites foi por água abaixo”, afirmou, em discurso no plenário da Câmara.

Na representação, o parlamentar argumenta que, ao romper o

contrato sem justificativa, em julho de 2015, o governo brasileiro joga todo esse dinheiro na lata de lixo. A imprensa noticiou que a rescisão ocorreu porque o foguete ucraniano, o Cyclone-4, já está ultrapassado. Ainda usa a hidrazina, um combustível tóxico.

Canteiros de obras abandonados e desemprego dos operários denunciaram a paralisação das obras pelo período de dois anos. Logo depois, ocorreu a quebra de convênio. Segundo o deputado Rocha, durante o auge da paralisação das atividades da parceria binacional, o governo ucraniano buscou respostas para os atrasos de repasses financeiros e nas obras de responsabilidade do governo brasileiro e do consórcio mantido entre as empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, ambas envolvidas na Operação Lava Jato, que investiga escândalos na Petrobras.

O pior é que a plataforma de lançamento seria exclusiva para o modelo de lançador Cyclone-4. De acordo com Rocha, o fator complicador é que os ucranianos finalizaram o desenvolvimento do lançador, que era a responsabilidade deles, e prometem entregá-lo em Alcântara (MA), até o final de 2015.

“Qual a razão que motivou o governo brasileiro a denunciar um tratado, desistir de um projeto que já consumiu meio bilhão de reais e ainda correr o risco de ser obrigado a ressarcir bilhões de prejuízos alegados pelo governo da Ucrânia?”, questionou.

O parlamentar pediu que o Ministério Público Federal apure e responsabilize os verdadeiros culpados pelo Brasil ter despendido tanto recurso público e não ter alcançado o objetivo de entrar nesse seleto clube de países que lançam satélites.

“O documento foi entregue pessoalmente ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e destaca a possibilidade do crime de Improbidade Administrativa, possivelmente cometido pela presidente Dilma”, informa Rocha.

PARABÉNS CRUZEIRO DO SUL

111 ANOS



Parabéns Sena Madureira pelos 111 anos!

Neste 2015, minha querida Sena Madureira completa 111 anos. Apesar de ser seu aniversário o município e sua gente não têm muito que comemorar, pois a cidade se encontra abandonada pela atual gestão que, mesmo sendo aliada do governo petista, não tem a mínima ajuda. Mas dias melhores virão e o alegre e festeiro povo da minha amada Sena, voltará à sorrir e ter motivos para comemorar!

Uma forte abraço a todos os meus amigos, parentes e aos milhares de homens e mulheres que lutam diariamente para ver Sena Madureira avançar e prosperar!

